

*Relatório*

# CONDIÇÕES DAS ESCOLAS NO REGRESSO DAS AULAS PRESENCIAIS

*Consulta Nacional FNE 2020  
17 de setembro a 2 de outubro*

Novembro 2020



*Relatório*

# **CONDIÇÕES DAS ESCOLAS NO REGRESSO DAS AULAS PRESENCIAIS**

*Consulta Nacional FNE 2020  
17 de setembro a 2 de outubro*

*Novembro 2020*



## FICHA TÉCNICA DO RELATÓRIO

**Título:**

Relatório:

Condições das escolas no regresso das aulas presenciais  
Consulta Nacional: 17 de setembro a 2 de outubro de 2020

**Edição:**

Federação Nacional da Educação

**Autores:**

José Luís Abrantes, Ph.D.  
Gabriel Constantino  
Joaquim Santos  
*(Membros do Secretariado Nacional da FNE)*

**Paginação:**

Rafael Marques

**Tiragem:**

500

**Data:**

Novembro de 2020



© Federação Nacional da Educação

**PORTO**

Rua Pereira Reis, 399 | 4200-448 Porto | Telef. 225 073 880

**LISBOA**

Escadinhas da Praia, 3 - 2º esq. | 1200-769 Lisboa | Telef. 213 957 499

***secretariado@fne.pt | www.fne.pt***

# ÍNDICE

Ficha Técnica do Relatório .....	3
Introdução.....	8
1 – Metodologia .....	9
1.1. Ficha Técnica da Consulta.....	9
1.2. Caracterização da amostra dos docentes .....	9
1.3. Caracterização da amostra dos não docentes .....	9
2 – Consulta Nacional.....	10
2.1 Docentes .....	10
2.1.1. Pertença a um grupo de risco.....	10
2.1.1.1. Grupo de Risco a que pertence .....	10
2.1.1.2. Perceção pessoal do nível de risco a que o docente pertence .....	11
2.1.1.3. Docentes que informaram informalmente a direção da sua Escola/Agrupamento .....	11
2.1.1.4. Docentes que informaram formalmente a direção da sua Escola/Agrupamento .....	11
2.1.1.5. Docentes de risco que apresentaram declaração médica no estabelecimento de ensino ....	11
2.1.1.6. Apresentou atestado médico no seu estabelecimento de ensino .....	11
2.1.1.7. Pretendia ficar em teletrabalho enquanto se mantivesse a situação de pandemia .....	11
2.1.1.8. Docentes que pretendem minimizar o tempo passado na escola fazendo tarefas a distância	11
2.1.2. Perceções sobre o funcionamento dos estabelecimentos escolares .....	11
2.1.2.1. Os docentes foram informados do Plano de Contingência da escola .....	12
2.1.2.2. Perceção de que os docentes conhecem o Plano de Contingência da Escola.....	12
2.1.2.3. Perceção do docente de que os alunos conhecem o Plano de Contingência da Escola.....	12
2.1.2.4. Perceção de que os alunos rapidamente vão conhecer o Plano de Contingência da Escola .	13
2.1.2.5. O Docente participou no Plano de Contingência da Escola .....	13
2.1.2.6. Atuação adequada do Ministério da Educação na preparação do ano letivo .....	13
2.1.2.7. A Escola tem as condições de proteção e segurança adequadas para proteger o docente...	14
2.1.2.8. A Escola tem as condições de proteção e segurança adequadas para proteger os trabalhadores docentes.....	14
2.1.2.9. A Escola tem as condições de proteção e segurança adequadas para proteger os alunos....	14
2.1.2.10. A Escola tem as condições de proteção e segurança adequadas para proteger os trabalhadores não docentes.....	15
2.1.2.11. A Escola dispõe do número de docentes necessário para o decurso normal do presente ano letivo .....	15
2.1.2.12. A Escola dispõe do número de trabalhadores não docentes necessários para o funcionamento .....	15
2.1.2.13. O docente dispõe da informação necessária para agir no caso de surgirem pessoas em situação de (suspeita de) infeção pelo vírus da Covid-19 na Escola.....	16
2.1.2.14. A escola dispõe de um plano de apoio ao processo ensino-aprendizagem para os alunos ausentes em situação de risco.....	16
2.1.3. Questão aberta.....	16

2.2. Não Docentes .....	18
2.2.1. Pertença a um grupo de risco.....	18
2.2.1.1. Grupo de Risco a que pertence .....	18
2.2.1.2. Perceção pessoal do nível de risco a que o trabalhador não docente pertence .....	19
2.2.1.3. Trabalhadores Não Docentes que informaram informalmente a direção da sua Escola/Agrupamento .....	19
2.2.1.4. Trabalhadores Não Docentes que informaram formalmente a direção da sua Escola/Agrupamento .....	19
2.2.1.5. Trabalhadores Não Docentes de risco que apresentaram declaração médica no estabelecimento de ensino .....	19
2.2.1.6. Trabalhadores não docentes que apresentaram atestado médico no seu estabelecimento de ensino .....	19
2.2.1.7. Trabalhadores não docentes que pretendem ficar em teletrabalho enquanto se mantivesse a situação de pandemia .....	19
2.2.1.8. Trabalhadores não docentes que pretendem minimizar o tempo passado na escola fazendo tarefas a distância.....	19
2.2.2. Perceções sobre o funcionamento dos estabelecimentos escolares .....	19
2.2.2.1. Os trabalhadores não docentes foram informados do Plano de Contingência da escola .....	20
2.2.2.2. Perceção de que os trabalhadores não docentes conhecem o Plano de Contingência da Escola.....	20
2.2.2.3. Perceção dos trabalhadores não docentes de que os docentes conhecem o Plano de Contingência da Escola .....	20
2.2.2.4. Perceção dos não docentes de que os alunos conhecem o Plano de Contingência da Escola.....	21
2.2.2.5. Perceção dos trabalhadores não docentes de que os alunos rapidamente vão conhecer o Plano de Contingência da Escola .....	21
2.2.2.6. O trabalhador não docente participou no Plano de Contingência da Escola .....	21
2.2.2.7. Atuação adequada do Ministério da Educação na preparação do ano letivo .....	22
2.2.2.8. A Escola tem as condições de proteção e segurança adequadas para proteger o respondente .....	22
2.2.2.9. A Escola tem as condições de proteção e segurança adequadas para proteger os trabalhadores não docentes.....	22
2.2.2.10. A Escola tem as condições de proteção e segurança adequadas para proteger os docentes .....	23
2.2.2.11. A Escola tem as condições de proteção e segurança adequadas para proteger os alunos..	23
2.2.2.12. A Escola dispõe do número de trabalhadores não docentes necessários para o funcionamento normal do presente ano letivo.....	23
2.2.2.13. O trabalhador não docente dispõe da informação necessária para agir no caso de surgirem pessoas em situação de (suspeita de) infeção pelo vírus da Covid-19 na Escola .....	24
2.2.3. Questão aberta.....	24
Conclusões, Recomendações e Propostas .....	25

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 2.1 Grupo de risco a que pertence .....	10
Tabela 2.2 Perceção pessoal do nível de risco .....	11
Tabela 2.3 Os docentes foram informados do Plano de Contingência .....	12
Tabela 2.4 Perceção de que os docentes conhecem o Plano de Contingência .....	12
Tabela 2.5 Perceção de que os alunos conhecem o Plano de Contingência.....	12
Tabela 2.6 Perceção que os alunos rapidamente vão conhecer o Plano de Contingência .....	13
Tabela 2.7 Participação do docente no Plano de Contingência .....	13
Tabela 2.8 Atuação adequada do Ministério da Educação .....	13
Tabela 2.9 A escola tem as condições de proteção e segurança adequadas para proteger o docente .....	14
Tabela 2.10 A escola tem as condições de proteção e segurança para proteger os docentes.....	14
Tabela 2.11 A escola tem as condições de proteção e segurança adequadas para proteger os alunos.....	14
Tabela 2.12 A Escola tem as condições adequadas para proteger os trabalhadores não docentes.....	15
Tabela 2.13 A escola dispõe do número de docentes necessário.....	15
Tabela 2.14 A Escola tem o número de trabalhadores não docentes necessários .....	15
Tabela 2.15 Informação necessária para proceder em situação de suspeita de infeção .....	16
Tabela 2.16 Existência de plano de apoio para alunos ausentes em situação de risco .....	16
Tabela 2.17 Grupo de risco a que pertence .....	18
Tabela 2.18 Perceção pessoal do nível de risco .....	19
Tabela 2.19 Os trabalhadores não docentes foram informados do Plano de Contingência.....	20
Tabela 2.20 Perceção acerca do conhecimento do Plano de Contingência da Escola.....	20
Tabela 2.21 Perceção acerca do conhecimento do Plano de Contingência pelos docentes .....	20
Tabela 2.22 Perceção de que os alunos conhecem o Plano de Contingência da Escola .....	21
Tabela 2.23 Perceção de que os alunos rapidamente vão conhecer o Plano de Contingência da Escola .....	21
Tabela 2.24 Participação no Plano de Contingência .....	21
Tabela 2.25 Atuação do Ministério da Educação .....	22
Tabela 2.26 Condições de proteção e segurança para proteger o próximo .....	22
Tabela 2.27 A escola tem as condições adequadas para proteger os não docentes .....	22
Tabela 2.28 A Escola tem as condições adequadas para proteger os docentes .....	23
Tabela 2.29 Existência de condições da escola para proteger os alunos.....	23
Tabela 2.30 Existência de trabalhadores não docentes necessários para um funcionamento normal.....	23
Tabela 2.31 Disponibilidade de informação para proceder em caso de situação de suspeita de infeção .....	24



## INTRODUÇÃO

A Federação Nacional da Educação (FNE) decidiu, no âmbito dos seus órgãos, a realização de uma Consulta Nacional, no início do ano letivo 2020/2021, tendo como destinatários o pessoal docente e não docente, com o objetivo de recolher informação sobre as condições das escolas no regresso das aulas presenciais.

Essa intenção foi dada a conhecer no âmbito de diversas intervenções de cariz público, assim como da divulgação de um comunicado, com data de 17 de setembro de 2020, do qual destacamos os principais aspetos:

“(…) realização de um inquérito a nível nacional dirigido aos trabalhadores docentes e não docentes da Educação de todo o país, que visa permitir alcançar um conhecimento mais aprofundado da forma como está a acontecer o arranque das aulas nas escolas nacionais.

Esta consulta sobre as condições das escolas neste regresso às aulas presenciais, com base num questionário, estará disponível online até ao dia 25 de setembro.

Esta iniciativa vai permitir uma reflexão consistente sobre as respostas obtidas, de forma a permitir que se trabalhe sobre soluções para dar resposta aos problemas identificados, procurando também contributos que permitam reforçar a ação da FNE e dos seus Sindicatos.

A FNE considera ser imprescindível o regresso à atividade letiva presencial, para que se garanta a equidade em educação, mas exige que sejam adotados todos os procedimentos que salvaguardem a proteção e a saúde de todos os educadores e professores e todos os trabalhadores não docentes que vão estar a garantir o dia-a-dia das nossas escolas. (...).”

**(FNE, Comunicado - 17 de setembro de 2020)**

Ainda neste âmbito, a FNE afirmava, nesse momento, que era essencial:

- **Garantir que as escolas tenham capacidade para cumprir as orientações que a Direção-Geral de Saúde definiu e promover um acompanhamento rigoroso e verificação do seu cumprimento;**
- **[A FNE e os seus Sindicatos] Desenvolver uma atitude de vigilância permanente, em defesa da saúde e da proteção de todos os trabalhadores que representam.**

A FNE, como compromisso, assumia que os resultados seriam analisados, servindo de suporte para a ação reivindicativa a desenvolver com o Governo.

Nesse contexto, a FNE apresenta, em forma de relatório, a informação recolhida através da referida Consulta Nacional, o qual é composto pelos seguintes aspetos:

- Ficha técnica, caracterização da amostra e resultados, relativamente ao inquérito dirigido ao pessoal docente e não docente, em anexo, assim como um conjunto de conclusões, recomendações e propostas.

**A FNE agradece a todos os trabalhadores da educação, docentes e não docentes, que através do preenchimento dos questionários participaram nesta Consulta Nacional.**

## 1 – METODOLOGIA

Neste ponto apresenta-se a ficha técnica do estudo, bem como a caracterização dos respondentes.

### 1.1. Ficha Técnica da Consulta

O período de trabalho de campo decorreu entre os dias 17 de setembro a 2 de outubro de 2020.

O presente estudo tem como base os inquéritos efetuados a docentes dos estabelecimentos de ensino portugueses da educação pré-escolar, ensino básico e secundário, pertencendo os docentes a todos os grupos de recrutamento. Foram obtidos 1.316 inquéritos válidos e o estudo, para um nível de confiança de 95%, tem um erro amostral de +/-2,7%.

O estudo dos não docentes tem como base os inquéritos efetuados a trabalhadores de estabelecimentos de ensino portugueses da educação pré-escolar, ensino básico e secundário, dos setores público, privado dependente do estado e privado independente. Foram obtidos 248 inquéritos válidos e o estudo, para um nível de confiança de 95%, tem um erro amostral de +/-4,4%.

### 1.2. Caracterização da amostra dos docentes

Foram recolhidas e validadas 1.316 respostas de docentes, cujo local de trabalho corresponde a uma escola localizada em Portugal Continental ou nas Regiões Autónomas dos Açores ou da Madeira, do setor público, privado e social.

Relativamente ao género, a maioria das respostas correspondem ao feminino, 79,6%. No que diz respeito à idade, uma grande maioria de respondentes, nomeadamente 80,7%, correspondem aos grupos etários 40/49 anos e 50/59 anos de idade, respetivamente 37,6% e 43,1%. Com 60 ou mais anos a percentagem é 15,0%. O grupo etário com menos de 30 anos corresponde a 0,2% da amostra.

Constata-se que as respostas recebidas pertencem a docentes de todos os grupos de recrutamento, pelo que os dados correspondem, de uma forma transversal, a todas as situações possíveis.

Por fim, relativamente às funções desempenhadas pelos respondentes, foram obtidas respostas da totalidade das situações que existem, de uma forma transversal ao funcionamento da escola.

### 1.3. Caracterização da amostra dos não docentes

As respostas obtidas dos não docentes correspondem a trabalhadores distribuídas por Portugal Continental e Regiões Autónomas. O maior número de respondentes pertence a escolas da zona de Lisboa e Vale do Tejo, assim como à Zona Norte, o que corresponde às localizações onde existe um maior número de trabalhadores da educação não docentes.

De uma forma muito expressiva, os respondentes pertencem ao setor público, embora se tenham registado respostas ao nível do privado/social, numa percentagem correspondente a 14,9%. Relativamente ao género, a maioria das respostas correspondem ao género feminino, numa percentagem que corresponde a 87,1%. No que diz respeito à idade, uma grande maioria de respondentes, correspondendo a cerca de 73,4%, pertencem aos grupos etários de 40 a 49 anos e de 50 a 59 anos de idade, respetivamente 39,9% e 33,5%. De realçar ainda que cerca de 9,3% corresponde ao grupo etário de 60 ou mais anos.

Por fim, relativamente às categorias dos respondentes, foram obtidas respostas de Assistentes Operacionais, Assistentes Técnicos, Técnicos Especializados e Técnicos Superiores.

## 2 – CONSULTA NACIONAL

Neste capítulo vão ser analisadas as respostas dos docentes e não docentes.

### 2.1 Docentes

Neste ponto expõem-se os resultados dos docentes relativos à pertença ou não a um grupo de risco, as diferentes perceções sobre o funcionamento dos estabelecimentos de ensino e ainda as respostas a uma questão aberta sobre comentários adicionais e como vai funcionar o presente ano letivo.

#### 2.1.1. Pertença a um grupo de risco

As respostas recolhidas, relativamente a este indicador, são extremamente preocupantes pois, em termos de amostra, 26,4% dos respondentes afirma pertencer a um grupo de risco. Neste sentido, analisam-se nas alíneas seguintes o grupo de risco a que pertencem os docentes, a sua perceção sobre esse nível, a forma como informaram o seu estabelecimento de ensino e se estes pretendem minimizar ou não o tempo passado na escola, sobretudo se pretendem lecionar a distância.

##### 2.1.1.1. Grupo de Risco a que pertence

Relativamente aos motivos pelos quais pertence a um grupo de risco, o maior número de respostas diz respeito a doença pulmonar, 16,1%, doenças autoimunes, 14,7%, e diabetes 12,9%, perfazendo, só nestas situações, um total de 43,7%. Outras situações, embora com menor percentagem, também foram referidas, nomeadamente doenças oncológicas, cardíacas e idade avançada, tal como se pode observar na tabela seguinte:

Tabela 2.1 Grupo de risco a que pertence

	Percentagem	Percentagem	Percentagem
		Válida	Acumulada
65 anos ou mais (1)	0,7	2,6	2,6
Doença Cardíaca (2)	2,1	7,8	10,3
Doença pulmonar (3)	4,3	16,1	26,4
Doença oncológica (4)	3,1	11,8	38,2
Hipertensão arterial (5)	5,5	21	59,2
Diabetes (6)	3,4	12,9	72,1
Em tratamento de Quimioterapia (7)	0,1	0,3	72,4
Em tratamentos de doenças autoimunes (8)	3,9	14,7	87,1
Infetados com o vírus da imunodeficiência humana (9)	0,1	0,3	87,4
Transplantados (10)	0,2	0,6	87,9
Diversos dos anteriores e outros (11)	3,2	12,1	100
Total	26,4	100	

**2.1.1.2. Perceção pessoal do nível de risco a que o docente pertence**

O maior número de respostas situou-se do lado de uma perceção elevada, 53,2%, sendo de relevar o valor de 34,2% para a posição intermédia de uma perceção entre o ligeiro e o elevado, tal como se pode verificar na tabela seguinte:

Tabela 2.2 Perceção pessoal do nível de risco

	Percentagem	Percentagem	Percentagem
		Válida	Acumulada
Ligeiro (1)	0,8	3,2	3,2
2	2,5	9,5	12,6
3	9,0	34,2	46,8
4	8,6	32,5	79,3
Elevado (5)	5,5	20,7	100
Total	26,4	100	

**2.1.1.3. Docentes que informaram informalmente a direção da sua Escola/Agrupamento**

Uma grande maioria dos respondentes, 64,4%, de uma forma informal deram conhecimento da sua pertença a um grupo de risco à direção da sua escola/agrupamento.

**2.1.1.4. Docentes que informaram formalmente a direção da sua Escola/Agrupamento**

Formalmente, a percentagem de docentes, 70,4%, que não deram conhecimento da pertença a um grupo de risco à sua escola/agrupamento é superior à percentagem de docentes que o fizeram informalmente, donde se conclui que a opção foi de não registar administrativamente a sua situação.

**2.1.1.5. Docentes de risco que apresentaram declaração médica no estabelecimento de ensino**

23,3% dos docentes de risco utilizou a declaração médica para formalmente informar a sua escola.

**2.1.1.6. Apresentou atestado médico no seu estabelecimento de ensino**

Só 8,9% dos docentes de risco utilizou o atestado médico para comunicar formalmente a sua situação à escola.

**2.1.1.7. Pretendia ficar em teletrabalho enquanto se mantivesse a situação de pandemia**

Dos respondentes que pertencem a grupos de risco 49,7% pretendia ficar em teletrabalho.

**2.1.1.8. Docentes que pretendem minimizar o tempo passado na escola fazendo tarefas a distância**

Nas respostas obtidas a este indicador, a maioria dos docentes de risco, 80,2%, pretende diminuir o tempo de permanência na escola, que conjugado com os comentários obtidos na questão aberta explícita que não faz sentido, para além de ser um risco acrescido, a realização de reuniões e outras atividades idênticas em formato presencial, aumentando o risco de contágio.

**2.1.2. Perceções sobre o funcionamento dos estabelecimentos escolares**

Neste ponto, analisam-se as questões de se os docentes foram informados e participaram na elaboração do Plano de Contingência das escolas, de se eles e os alunos o conhecem, qual a perceção da atuação do ME nesta situação de pandemia, de se a escola tem as condições para proteger os que aí estão e trabalham, se existem os recursos humanos necessários e os planos para lidar com a existência do vírus, bem como para proteger os alunos de risco.

**2.1.2.1. Os docentes foram informados do Plano de Contingência da escola**

A maioria dos respondentes, 59,3%, foram informados do Plano de Contingência da sua escola, tal como se pode observar na tabela seguinte:

Tabela 2.3 Os docentes foram informados do Plano de Contingência

	Percentagem	Percentagem	Percentagem
		Válida	Acumulada
Discordo Totalmente (1)	4,6	4,6	4,6
2	2,5	2,5	7,1
3	11,8	11,8	18,9
4	21,8	21,8	40,7
Concordo Totalmente (5)	59,3	59,3	100
Total	100	100	

**2.1.2.2. Perceção de que os docentes conhecem o Plano de Contingência da Escola**

Em termos de perceção global, como classe, o conhecimento sobre o Plano de Contingência regista um grande número de respostas, 69,3%. No entanto, atendendo à pertinência do referido documento, assim como as suas implicações e acima de tudo à sua aplicação em situações de segurança sanitária, devem-se registar as opiniões sobre o hipotético desconhecimento, traduzido numa percentagem de 11,9%, tal como se pode verificar na tabela seguinte:

Tabela 2.4 Perceção de que os docentes conhecem o Plano de Contingência

	Percentagem	Percentagem	Percentagem
		Válida	Acumulada
Discordo Totalmente (1)	4,2	4,2	4,2
2	7,7	7,7	11,9
3	18,8	18,8	30,6
4	36,2	36,2	66,9
Concordo Totalmente (5)	33,1	33,1	100
Total	100	100	

**2.1.2.3. Perceção do docente de que os alunos conhecem o Plano de Contingência da Escola**

As opiniões sobre este indicador aparecem divididas, o que é preocupante atendendo a que falamos de alunos e do papel que podem desempenhar em contexto de pandemia. A satisfação nesta temática não deve estar sustentada por uma parte dos alunos conhecer o Plano de Contingência, mas sim por esse conhecimento ser dominado por todos. 45,2% concorda que existe esse conhecimento, tal como se pode observar na tabela seguinte:

Tabela 2.5 Perceção de que os alunos conhecem o Plano de Contingência

	Percentagem	Percentagem	Percentagem
		Válida	Acumulada
Discordo Totalmente (1)	9,6	9,6	9,6
2	14,4	14,4	23,9
3	30,9	30,9	54,8
4	30,6	30,6	85,4
Concordo Totalmente (5)	14,6	14,6	100
Total	100	100	

**2.1.2.4. Perceção de que os alunos rapidamente vão conhecer o Plano de Contingência da Escola**

Relativamente ao conhecimento futuro do Plano de Contingência, por parte dos alunos, a concordância aumenta para 59,1%, tal como se pode verificar na tabela seguinte:

*Tabela 2.6 Perceção que os alunos rapidamente vão conhecer o Plano de Contingência*

	Percentagem	Percentagem	Percentagem
		Válida	Acumulada
Discordo Totalmente (1)	4,8	4,8	4,8
2	9,9	9,9	14,7
3	26,2	26,2	40,9
4	34,3	34,3	75,2
Concordo Totalmente (5)	24,8	24,8	100
Total	100	100	

**2.1.2.5. O Docente participou no Plano de Contingência da Escola**

A maioria dos docentes, 67,2%, não colaborou na elaboração do Plano de Contingência, tal como se expõe na tabela seguinte:

*Tabela 2.7 Participação do docente no Plano de Contingência*

	Percentagem	Percentagem	Percentagem
		Válida	Acumulada
Discordo Totalmente (1)	59	59	59
2	8,2	8,2	67,2
3	10	10	77,2
4	10,6	10,6	87,8
Concordo Totalmente (5)	12,2	12,2	100
	100	100	

**2.1.2.6. Atuação adequada do Ministério da Educação na preparação do ano letivo**

A opinião dos docentes relativamente ao papel do Ministério da Educação (ME) na preparação do ano letivo, confirma, uma vez mais, tudo o que tem sido dito e escrito. Uma maioria dos docentes, 62,3%, discorda da referida atuação. Embora 27,0% responda de uma forma neutra, só 10,8% diz concordar com a atuação do ME, tal como se pode verificar na tabela seguinte:

*Tabela 2.8 Atuação adequada do Ministério da Educação*

	Percentagem	Percentagem	Percentagem
		Válida	Acumulada
Discordo Totalmente (1)	33,8	33,8	33,8
2	28,5	28,5	62,3
3	27	27	89,3
4	8,7	8,7	97,9
Concordo Totalmente (5)	2,1	2,1	100
Total	100	100	

**2.1.2.7. A Escola tem as condições de proteção e segurança adequadas para proteger o docente**

23,8% dos docentes diz que existem na Escola as condições de proteção e segurança adequadas para o proteger. Facilmente se conclui pela inexistência das mesmas para uma maioria expressiva dos respondentes, tal como se pode observar na tabela seguinte:

*Tabela 2.9 A escola tem as condições de proteção e segurança adequadas para proteger o docente*

	Percentagem	Percentagem	Percentagem
		Válida	Acumulada
Discordo Totalmente (1)	20	20	20
2	25,5	25,5	45,4
3	30,8	30,8	76,2
4	17,7	17,7	93,9
Concordo Totalmente (5)	6,1	6,1	100
Total	100	100	

**2.1.2.8. A Escola tem as condições de proteção e segurança adequadas para proteger os trabalhadores docentes**

23,4% dos docentes dizem que existem as condições. A percentagem é idêntica, comparativamente, na perceção entre si e os outros, tal como se pode verificar na tabela seguinte:

*Tabela 2.10 A escola tem as condições de proteção e segurança para proteger os docentes*

	Percent	Percentagem	Percentagem
		Válida	Acumulada
Discordo Totalmente (1)	18,8	18,8	18,8
2	25,2	25,2	44
3	32,6	32,6	76,6
4	17,7	17,7	94,3
Concordo Totalmente (1)	5,7	5,7	100
Total	100	100	

**2.1.2.9. A Escola tem as condições de proteção e segurança adequadas para proteger os alunos**

24,8% dos docentes afirma que a escola tem as condições para proteger os alunos ao nível da proteção e segurança adequadas, tal como se pode verificar na tabela seguinte:

*Tabela 2.11 A escola tem as condições de proteção e segurança adequadas para proteger os alunos*

	Percentagem	Percentagem	Percentagem
		Válida	Acumulada
Discordo Totalmente (1)	19,1	19,1	19,1
2	25,5	25,5	44,7
3	30,5	30,5	75,2
4	19	19	94,2
Concordo Totalmente (5)	5,8	5,8	100
Total	100	100	

**2.1.2.10. A Escola tem as condições de proteção e segurança adequadas para proteger os trabalhadores não docentes**

Os respondentes, 26,2%, afirmam que as escolas têm as condições adequadas para proteger os trabalhadores não docentes, tal como se pode verificar na tabela seguinte:

*Tabela 2.12 A Escola tem as condições adequadas para proteger os trabalhadores não docentes*

	Percentagem	Percentagem	Percentagem
		Válida	Acumulada
Discordo Totalmente (1)	17,6	17,6	17,6
2	24,4	24,4	41,9
3	31,8	31,8	73,8
4	20,2	20,2	94
Concordo Totalmente (5)	6	6	100
Total	100	100	

**2.1.2.11. A Escola dispõe do número de docentes necessário para o decurso normal do presente ano letivo**

14,7 % dos respondentes concorda que o número de docentes é suficiente, conforme se observa na tabela seguinte. Contudo, 35,0% dos inquiridos discorda de alguma forma da afirmação:

*Tabela 2.13 A escola dispõe do número de docentes necessário*

	Percentagem	Percentagem	Percentagem
		Válida	Acumulada
Discordo Totalmente (1)	15	15	15
2	20	20	35
3	23,3	23,3	58,3
4	27	27	85,3
Concordo Totalmente (5)	14,7	14,7	100
Total	100	100	

**2.1.2.12. A Escola dispõe do número de trabalhadores não docentes necessários para o funcionamento**

A falta de trabalhadores não docentes nas escolas é expressiva, registando-se uma percentagem de 66,5% que a confirma. Só 3,5% de respondentes manifesta concordância total com essa disponibilidade, tal como se pode verificar na tabela seguinte:

*Tabela 2.14 A Escola tem o número de trabalhadores não docentes necessários*

	Percentagem	Percentagem	Percentagem
		Válida	Acumulada
Discordo Totalmente (1)	38,4	38,4	38,4
2	28,1	28,1	66,5
3	20	20	86,5
4	10	10	96,5
Concordo Totalmente (5)	3,5	3,5	100
Total	100	100	

**2.1.2.13. O docente dispõe da informação necessária para agir no caso de surgirem pessoas em situação de (suspeita de) infeção pelo vírus da Covid-19 na Escola**

A maioria dos docentes, 64,8%, diz que dispõe da informação necessária para agir no caso de surgirem pessoas em situação de infeção pelo vírus da Covid-19, tal como se pode observar na tabela seguinte:

*Tabela 2.15 Informação necessária para proceder em situação de suspeita de infeção*

	Percentagem	Percentagem	Percentagem
		Válida	Acumulada
Discordo Totalmente (1)	4,7	4,7	4,7
2	8,4	8,4	13,1
3	22	22	35,2
4	32,2	32,2	67,4
Concordo Totalmente (5)	32,6	32,6	100
Total	100	100	

**2.1.2.14. A escola dispõe de um plano de apoio ao processo ensino-aprendizagem para os alunos ausentes em situação de risco**

Só 13,1%, em concordância total, isto é refere que a situação dos alunos de risco está acautelada. No lado oposto 17,9% discorda totalmente, conforme se verifica na tabela seguinte:

*Tabela 2.16 Existência de plano de apoio para alunos ausentes em situação de risco*

	Percentagem	Percentagem	Percentagem
		Válida	Acumulada
Discordo Totalmente (1)	17,9	17,9	17,9
2	20,8	20,8	38,7
3	27,8	27,8	66,5
4	20,4	20,4	86,9
Concordo Totalmente (5)	13,1	13,1	100
Total	100	100	

**2.1.3. Questão aberta**

A questão aberta, apresentada no inquérito como “comentário adicional”, foi analisada através de duas chaves de leitura, nomeadamente:

- Questões pedagógicas em tempos de pandemia;
- Segurança sanitária.

Relativamente à primeira análise, questões pedagógicas em tempos de pandemia, foi notória a sugestão dos inquiridos relativamente à necessidade de se proceder ao tratamento dos contributos recebidos relativamente a esta temática pois, de uma forma incisiva, os docentes, em momento algum, esquecem as suas preocupações a este nível.

**Nesse contexto, apresentam-se as questões pedagógicas que mais se destacaram:**

- Preferência pelo ensino presencial;
- Se não puder ser presencial, misto e em última instância a distância;
- Para quando a chegada do material informático prometido?
- Aulas TIC com muitos alunos, poucos equipamentos e obsoletos;
- Falta de recursos humanos, nomeadamente não docentes;
- Criar bolsa de docentes e não docentes.

Relativamente à segurança sanitária, os comentários mais relevantes foram os seguintes:

- Impossibilidade do cumprimento do distanciamento social;
- Não obrigatoriedade de máscaras no 1.º ciclo;
- Manutenção de turmas numerosas, quando as salas são pequenas;
- Escolas sem condições, no inverno, de serem ventiladas;
- Preenchimento de papéis em tempo de pandemia;
- A realização de reuniões de carácter pedagógico deveriam ser a distância;
- Dentro da escola relativa segurança, mas fora dos portões...;
- Papel dos pais e encarregados de educação;
- Medição de temperatura;
- Rastreios / Testes;
- Consideração pela situação dos trabalhadores da educação pertencentes a grupo de risco, possibilitando o exercício de funções em teletrabalho, sem qualquer tipo de prejuízo, nomeadamente ao nível do vencimento;
- Criação de um observatório nacional.

Para finalizar o tratamento da questão aberta, apresenta-se um conjunto de afirmações que ilustram o sentimento geral recolhido:

- “Uma confusão”;
- “Um dia de cada vez”;
- “Não estou segura na escola onde trabalho”;
- “Deus nos ajude”;
- “Que Deus, os anjos e todos os santinhos também queiram que tudo corra bem!”;
- “Se correr bem foi o ministro... se correr mal foram os professores”.

## 2.2. Não Docentes

Neste ponto expõem-se os resultados dos recursos humanos não docentes das escolas relativos à pertença ou não a um grupo de risco, as diferentes perceções sobre o funcionamento dos estabelecimentos de ensino e ainda as respostas a uma questão aberta sobre comentários adicionais a respeito de como vai funcionar o presente ano letivo.

### 2.2.1. Pertença a um grupo de risco

As respostas recolhidas, relativamente a este indicador, dão conta que, em termos de amostra, 27,8% dos respondentes afirma pertencer a um grupo de risco. Assim, analisam-se nas alíneas seguintes o grupo de risco a que pertencem os não docentes, a sua perceção sobre esse nível, a forma como informaram o seu estabelecimento de ensino e se estes pretendem minimizar ou não o tempo passado na escola, sobretudo se, onde possível, pretendem trabalhar a distância.

#### 2.2.1.1. Grupo de Risco a que pertence

Relativamente aos motivos pelos quais pertence a um grupo de risco, o maior número de respostas diz respeito a hipertensão arterial, 33,3%, doença pulmonar, 20,3%, doenças autoimunes, 10,1%, e doença cardíaca, 10,1%, perfazendo, só nestas situações, um total de 73,8%. Outras situações, embora com menor percentagem, também foram referidas, nomeadamente doenças oncológicas e idade avançada, tal como se pode observar na tabela seguinte:

Tabela 2.17 Grupo de risco a que pertence

	Percentagem	Percentagem	Percentagem
		Válida	Acumulada
65 anos ou mais (1)	0,8	2,9	2,9
Doença Cardíaca (2)	2,8	10,1	13
Doença pulmonar (3)	5,6	20,3	33,3
Doença oncológica (4)	1,6	5,8	39,1
Hipertensão arterial (5)	9,3	33,3	72,5
Diabetes (6)	0,8	2,9	75,4
Em tratamento de Quimioterapia (7)	0,4	1,4	76,8
Em tratamentos de doenças autoimunes (8)	2,8	10,1	87
Infetados com o vírus da imunodeficiência humana (9)	0,4	1,4	88,4
Transplantados (10)	0	0	88,4
Diversos dos anteriores e outros (11)	3,2	11,6	100
Total	27,8	100	

**2.2.1.2. Perceção pessoal do nível de risco a que o trabalhador não docente pertence**

O maior número de respostas situou-se do lado de uma perceção elevada, 52,1%, sendo de relevar o valor de 37,7% para a posição intermédia de uma perceção entre o ligeiro e o elevado, tal como se pode verificar na tabela seguinte:

Tabela 2.18 Perceção pessoal do nível de risco

	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Ligeiro (1)	2,9	2,9	2,9
2	7,2	7,2	10,1
3	37,7	37,7	47,8
4	36,2	36,2	84,1
Elevado (5)	15,9	15,9	100
Total	100	100	

**2.2.1.3. Trabalhadores Não Docentes que informaram informalmente a direção da sua Escola/Agrupamento**

Uma grande maioria dos respondentes, 63,8%, de uma forma informal, deram conhecimento da sua pertença a um grupo de risco.

**2.2.1.4. Trabalhadores Não Docentes que informaram formalmente a direção da sua Escola/Agrupamento**

Formalmente, a percentagem de não docentes, 46,4%, que deram conhecimento da pertença a um grupo de risco foi inferior à percentagem de não docentes que o fizeram informalmente.

**2.2.1.5. Trabalhadores Não Docentes de risco que apresentaram declaração médica no estabelecimento de ensino**

36,2% dos não docentes utilizou a declaração médica para formalmente informar a sua escola.

**2.2.1.6. Trabalhadores não docentes que apresentaram atestado médico no seu estabelecimento de ensino**

Só 23,2% dos não docentes utilizou o atestado médico para comunicar formalmente a sua situação à escola.

**2.2.1.7. Trabalhadores não docentes que pretendem ficar em teletrabalho enquanto se mantivesse a situação de pandemia**

O número de não docentes que pretendem ficar em teletrabalho corresponde a 39,1%.

**2.2.1.8. Trabalhadores não docentes que pretendem minimizar o tempo passado na escola fazendo tarefas a distância**

Nas respostas obtidas a este indicador, a maioria dos não docentes, 58,0%, pretende diminuir o tempo de permanência na escola.

**2.2.2. Perceções sobre o funcionamento dos estabelecimentos escolares**

Neste ponto, analisam-se as questões de se os não docentes foram informados e participaram na elaboração do Plano de Contingência das escolas, de se eles e os alunos o conhecem, qual a perceção da atuação do ME nesta situação de pandemia, de se a escola tem as condições para proteger os que

aí estão e trabalham, se existem os recursos humanos necessários e os planos para lidar com a existência do vírus.

### 2.2.2.1. Os trabalhadores não docentes foram informados do Plano de Contingência da escola

A maioria dos respondentes, 65,8%, foram informados do Plano de Contingência da sua escola, tal como se pode observar na tabela seguinte:

*Tabela 2.19 Os trabalhadores não docentes foram informados do Plano de Contingência*

	Percentagem	Percentagem	Percentagem
		Válida	Acumulada
Discordo Totalmente (1)	8,5	8,5	8,5
2	5,6	5,6	14,1
3	20,2	20,2	34,3
4	19,8	19,8	54
Concordo Totalmente (5)	46	46	100
Total	100	100	

### 2.2.2.2. Perceção de que os trabalhadores não docentes conhecem o Plano de Contingência da Escola

Em termos de perceção global, como classe, o conhecimento sobre o Plano de Contingência regista um grande número de respostas, 62,9%, tal como se pode verificar na tabela seguinte:

*Tabela 2.20 Perceção acerca do conhecimento do Plano de Contingência da Escola*

	Percentagem	Percentagem	Percentagem
		Válida	Acumulada
Discordo Totalmente (1)	8,1	8,1	8,1
2	7,3	7,3	15,3
3	21,8	21,8	37,1
4	20,2	20,2	57,3
Concordo Totalmente (5)	42,7	42,7	100
Total	100	100	

### 2.2.2.3. Perceção dos trabalhadores não docentes de que os docentes conhecem o Plano de Contingência da Escola

A maioria dos não docentes, 65,7%, tem a perceção que os docentes conhecem o Plano de Contingência, tal como se pode observar na tabela seguinte:

*Tabela 2.21 Perceção acerca do conhecimento do Plano de Contingência pelos docentes*

	Percentagem	Percentagem	Percentagem
		Válida	Acumulada
Discordo Totalmente (1)	4,8	4,8	4,8
2	7,3	7,3	12,1
3	22,2	22,2	34,3
4	29,4	29,4	63,7
Concordo Totalmente (5)	36,3	36,3	100
Total	100	100	

**2.2.2.4. Perceção dos não docentes de que os alunos conhecem o Plano de Contingência da Escola**

43,6% dos respondentes concorda que os alunos conhecem o Plano de Contingência, tal como se pode observar na tabela seguinte:

*Tabela 2.22 Perceção de que os alunos conhecem o Plano de Contingência da Escola*

	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Discordo Totalmente (1)	11,3	11,3	11,3
2	12,5	12,5	23,8
3	32,7	32,7	56,5
4	24,2	24,2	80,6
Concordo Totalmente (5)	19,4	19,4	100
Total	100	100	

**2.2.2.5. Perceção dos trabalhadores não docentes de que os alunos rapidamente vão conhecer o Plano de Contingência da Escola**

Relativamente ao conhecimento futuro do Plano de Contingência, por parte dos alunos, a concordância é de 52,0%, tal como se pode verificar na tabela seguinte:

*Tabela 2.23 Perceção de que os alunos rapidamente vão conhecer o Plano de Contingência da Escola*

	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Discordo Totalmente (1)	9,3	9,3	9,3
2	12,5	12,5	21,8
3	26,2	26,2	48
4	30,6	30,6	78,6
Concordo Totalmente (5)	21,4	21,4	100
Total	100	100	

**2.2.2.6. O trabalhador não docente participou no Plano de Contingência da Escola**

A maioria dos não docentes, 62,9%, não colaborou na elaboração do Plano de Contingência, conforme se verifica na tabela seguinte:

*Tabela 2.24 Participação no Plano de Contingência*

	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Discordo Totalmente (1)	62,9	62,9	62,9
2	6,9	6,9	69,8
3	11,3	11,3	81
4	7,7	7,7	88,7
Concordo Totalmente (5)	11,3	11,3	100
Total	100	100	

**2.2.2.7. Atuação adequada do Ministério da Educação na preparação do ano letivo**

A opinião dos não docentes relativamente ao papel do ME, na preparação do ano letivo, tem uma discordância de 35,9%. 41,1% responde de uma forma neutra. 23,0% diz concordar com a atuação do ME, tal qual se observa na tabela seguinte:

Tabela 2.25 Atuação do Ministério da Educação

	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Discordo Totalmente (1)	19,8	19,8	19,8
2	16,1	16,1	35,9
3	41,1	41,1	77
4	16,5	16,5	93,5
Concordo Totalmente (5)	6,5	6,5	100
Total	100	100	

**2.2.2.8. A Escola tem as condições de proteção e segurança adequadas para proteger o respondente**

16,5% dos não docentes está em total concordância, indicando que existem as condições para que se sinta protegido, tal qual se verifica na tabela seguinte:

Tabela 2.26 Condições de proteção e segurança para proteger o próximo

	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Discordo Totalmente (1)	16,5	16,5	16,5
2	13,3	13,3	29,8
3	29	29	58,9
4	24,6	24,6	83,5
Concordo Totalmente (5)	16,5	16,5	100
Total	100	100	

**2.2.2.9. A Escola tem as condições de proteção e segurança adequadas para proteger os trabalhadores não docentes**

14,9% dos não docentes diz que existem as condições de proteção e segurança adequadas para os proteger, como se pode observar na tabela seguinte:

Tabela 2.27 A escola tem as condições adequadas para proteger os não docentes

	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Discordo Totalmente (1)	15,7	15,7	15,7
2	16,1	16,1	31,9
3	25	25	56,9
4	28,2	28,2	85,1
Concordo Totalmente (5)	14,9	14,9	100
Total	100	100	

**2.2.2.10. A Escola tem as condições de proteção e segurança adequadas para proteger os docentes**

16,1% dos respondentes concorda que a escola tem as condições adequadas para proteger os docentes, como se pode verificar na tabela seguinte:

*Tabela 2.28 A Escola tem as condições adequadas para proteger os docentes*

	Percentagem	Percentagem	Percentagem
		Válida	Acumulada
Discordo Totalmente (1)	12,1	12,1	12,1
2	14,5	14,5	26,6
3	27	27	53,6
4	30,2	30,2	83,9
Concordo Totalmente (5)	16,1	16,1	100
Total	100	100	

**2.2.2.11. A Escola tem as condições de proteção e segurança adequadas para proteger os alunos**

Os respondentes concordam que a escola tem condições para proteger os alunos numa percentagem de 16,5%, consoante a tabela seguinte:

*Tabela 2.29 Existência de condições da escola para proteger os alunos*

	Percentagem	Percentagem	Percentagem
		Válida	Acumulada
Discordo Totalmente (1)	12,5	12,5	12,5
2	16,1	16,1	28,6
3	26,6	26,6	55,2
4	28,2	28,2	83,5
Concordo Totalmente (5)	16,5	16,5	100
Total	100	100	

**2.2.2.12. A Escola dispõe do número de trabalhadores não docentes necessários para o funcionamento normal do presente ano letivo**

6,9 % dos respondentes concordam totalmente que o número de não docentes existentes é suficiente para um decurso normal do ano letivo. 43,1% discorda totalmente, conforme se verifica na tabela seguinte:

*Tabela 2.30 Existência de trabalhadores não docentes necessários para um funcionamento normal*

	Percentagem	Percentagem	Percentagem
		Válida	Acumulada
Discordo Totalmente (1)	43,1	43,1	43,1
2	21,4	21,4	64,5
3	15,7	15,7	80,2
4	12,9	12,9	93,1
Concordo Totalmente (5)	6,9	6,9	100
Total	100	100	

**2.2.2.13. O trabalhador não docente dispõe da informação necessária para agir no caso de surgirem pessoas em situação de (suspeita de) infeção pelo vírus da Covid-19 na Escola**

A maioria dos não docentes, 57,6%, indica que sim, isto é que dispõe da informação necessária para agir no caso de surgirem pessoas em situação de suspeita ou infeção pelo Vírus da Covid-19 na Escola, como se pode observar na tabela seguinte:

*Tabela 2.31 Disponibilidade de informação para proceder em caso de situação de suspeita de infeção*

	Percentagem	Percentagem	Percentagem
		Válida	Acumulada
Discordo Totalmente (1)	10,5	10,5	10,5
2	11,7	11,7	22,2
3	20,2	20,2	42,3
4	28,6	28,6	71
Concordo Totalmente (5)	29	29	100
Total	100	100	

**2.2.3. Questão aberta**

A questão aberta, apresentada no inquérito como “comentário adicional”, foi analisada através de duas chaves de leitura, nomeadamente:

- Questões de carreira em tempos de pandemia;
- Segurança sanitária.

Relativamente à primeira análise, questões de carreira em tempos de pandemia, foi notória a necessidade de proceder ao tratamento dos contributos recebidos relativamente a esta temática, pois os não docentes em nenhum momento esquecem as suas reivindicações a este nível.

Nesse contexto, apresentam-se as questões de carreira que mais se destacaram:

- Condições de trabalho;
- Muitas regras para cumprir e pouco tempo para realizar as tarefas;
- Sobrecarga de trabalho; Stresse permanente;
- Desvalorização e falta de reconhecimento associada a vencimentos degradados;
- Baixas de longa duração e não existe bolsa de substituição;
- Necessidade de maior número de assistentes.

Relativamente à segurança sanitária, os comentários mais relevantes foram os seguintes:

- Falta de pessoal não docente;
- Não docentes pertencentes a grupos de risco deviam ter a sua situação salvaguardada;
- Impossibilidade de cumprir o distanciamento social;
- As salas não comportam mais mobiliário;
- Refeitórios sem condições;
- O problema não começou com a pandemia;
- Dúvidas sobre os procedimentos a tomar em caso de Covid.

Para finalizar o tratamento da questão aberta, apresenta-se um conjunto de afirmações que ilustram o sentimento geral recolhido:

- “Muitas normas para cumprir e muito poucos auxiliares ...”;
- “Uma grande confusão”; “Está tão mau que nem comento!”;
- “É tudo uma farsa”; “Paciência”;
- “Estamos todos no mesmo barco, a ondulação é que é diferente...”.

## CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E PROPOSTAS

Neste ponto, tendo por base os resultados obtidos, assim como a leitura estatística dos mesmos, apresenta-se um conjunto de aspetos que, independentemente da importância da totalidade dos dados, são em nossa opinião os mais relevantes no arranque do ano letivo, nomeadamente a existência de profissionais nas Escolas pertencentes a grupos de risco, falta de recursos humanos e envelhecimento da classe docente e não docente. Serão também relevados alguns aspetos em termos de segurança sanitária.

Muitos dos docentes e dos não docentes que colaboraram na consulta nacional da FNE, para além da idade avançada, pertencem a grupos de risco, 26,4% e 27,8% respetivamente, cuja situação foi comunicada à direção do agrupamento ou escola não agrupada, de uma forma formal ou informalmente. Contudo, torna-se evidente que o empenho e profissionalismo com que desempenham as suas funções, assim como o enquadramento que os alunos merecem, não garantem, na maioria das vezes, que tal atitude seja reconhecida e valorizada.

Como segunda conclusão, demonstra-se que a amostra comprova o envelhecimento da classe docente e não docente, não sendo visíveis sinais que ambas se encontrem num processo de rejuvenescimento, nem haja políticas educativas nesse sentido.

### Docentes

Os docentes, independentemente da dedicação, do empenho e do gosto, sentem que o desempenho da sua função é extremamente desgastante, o que já era verificável no período anterior à pandemia. No entanto, as condições para o exercício profissional deterioraram-se com o surto pandémico, agravando o desgaste físico e emocional. A este desgaste associou-se ainda um desânimo progressivo, cuja responsabilidade deve ser atribuída ao Ministério da Educação.

Mesmo nestas condições, confirma-se um enorme profissionalismo, dedicação, preocupação com os alunos e respetivas aprendizagens, numa plena consciência que nada substitui o ensino presencial, mas sabendo que a educação a distância pode ser necessária, quando não existe outra alternativa, nomeadamente em caso de agravamento da pandemia ou por questões de saúde dos próprios profissionais pertencentes a grupos de risco.

Independentemente da maioria dos docentes, de uma forma informal ou formal, através de declaração médica ou atestado médico, terem comprovado a sua pertença a um grupo de risco, aparentemente a sua intenção não seria a de ficar em teletrabalho, pois a percentagem que o pretendia fazer corresponde a 49,7%. Num primeiro momento da análise das respostas depreende-se que existe contradição, mas num segundo momento, observando os comentários efetuados na questão aberta, que serão tratados mais adiante, a suposta contradição não se confirma, atendendo a prejuízos em termos profissionais, nomeadamente perda de vencimento.

Verifica-se também que 80,2% dos professores pretende diminuir o tempo de permanência na escola, realizando tarefas a distância, nomeadamente em termos de reuniões de caráter pedagógico e outras, reduzindo também desta forma os riscos de contágio.

Relativamente ao número de docentes existentes nas escolas, para um decurso normal do ano letivo, só 14,7% dos respondentes o afirma, pelo que deve-se denunciar que esse valor está muito distante dos 100%, constatando-se desde o início do ano letivo que existem muitas turmas, no Continente e nas Regiões Autónomas, sem aulas a diversas disciplinas, por falta de professores.

No ano letivo anterior, em plena pandemia, a palavra de ordem era que nenhum aluno podia ficar prejudicado, pelo que, por maioria de razão, atendendo à experiência anterior, não existem motivos para satisfação no arranque do presente ano letivo.

### **Não docentes**

Também os não docentes, tal como já foi afirmado para os docentes, exercem a sua função com enorme dedicação, empenho e gosto, sentindo-se extremamente desgastados na situação que se vive de pandemia, embora tal já se verificasse anteriormente. Esta situação é verificável tendo por base o elevado número de baixas registadas, tendo como justificação o stresse e o burnout profissional.

Os não docentes afirmam pertencer a grupos de risco numa percentagem de 27,8%. E 39,1% pretendia ficar em teletrabalho enquanto se mantivesse a situação de pandemia.

14,9% dos não docentes diz que existem as condições de proteção e segurança adequadas para os proteger. Facilmente se conclui pela inexistência de tais condições para uma maioria expressiva dos respondentes. Quanto ao conhecimento do Plano de Contingência, a maioria dos trabalhadores não docentes, 62,9%, diz conhecê-lo. No entanto, atendendo à pertinência do referido documento, assim como às suas implicações, e acima de tudo a sua aplicação em situações de segurança sanitária, deve-se registar o facto de 15,4% o desconhecer.

Também os trabalhadores não docentes apresentam razões de queixa, em termos de desgaste físico e emocional, constatando-se que os recursos humanos ao nível das escolas está longe do desejável, entrando-se numa espiral recessiva, nomeadamente quando se registam baixas por doença, sobrecarregando, cada vez mais, os que se mantêm ao serviço.

Apenas 6,9% dos respondentes concorda que o número de não docentes existentes é suficiente para um decurso normal do ano letivo. Sem sombras de dúvidas a maioria dos respondentes denuncia que o número de não docentes é insuficiente. É inquestionável que a realidade é essa, bastando recordar que ocorreram recentemente fecho de escolas, por evidente insuficiência de trabalhadores da educação não docentes.

As situações vivenciadas ao nível dos rácios, dos contratos e da sua manutenção, opção política vulgarmente utilizada pelo ME, são fatores de desânimo, que em nada motivam uma classe de profissionais que, tal como os docentes e restante comunidade educativa, são recursos fundamentais numa escola do século XXI.

Esta realidade coloca em causa a saúde e segurança que deve existir nas escolas, em termos de pandemia, mas também em termos de acompanhamento de alunos, no respeito por uma inclusão efetiva, vigilância dos espaços, controlo de violência escolar, *bullying*, para já não referir o enquadramento educativo, tal como recentemente o Conselho Nacional da Educação (CNE) veio defender publicamente.

De uma forma geral, os trabalhadores da educação, docentes e não docentes, exigem que a atual situação vivida nas escolas, agravada pela situação de pandemia, respeite o primado pedagógico e educativo, em detrimento do critério economicista, permitindo que os recursos humanos se sintam seguros, tratados com respeito, em oposição à situação atualmente experienciada, em que se sentem “cobaias” e o “elo mais fraco”, numa teia de contradições, ao nível da tutela.

De um ponto de vista de análise mais específica, ao nível da saúde e segurança sanitárias são denunciadas diversas situações que em nada contribuem, na realidade do dia a dia, para a aplicação de orientações teóricas e prestadas à distância, por parte das entidades responsáveis. Desde falta de material de proteção individual, ao simples gel, às condições existentes que não possibilitam o distanciamento físico, para além de muitas outras, são elucidativas dos constrangimentos que os trabalhadores da educação, docentes e não docentes, estão sujeitos no âmbito do desempenho das suas funções.

O conhecimento do Plano de Contingência, por parte de docentes e não docentes, embora seja dominado por uma maioria, atendendo à sua pertinência, tem que ser conhecido pela totalidade dos trabalhadores da educação. Também relativamente à perceção de que os alunos conhecem o Plano de Contingência da escola, as opiniões dos docentes e não docentes não ultrapassam os 46,0%. Esta percentagem sobe para 60,0% quando a perceção é relativa a que esse conhecimento seja rapidamente adquirido. A satisfação nesta temática não deve estar sustentada por uma parte dos alunos conhecer o plano de contingência, mas sim por esse conhecimento ser dominado por todos.

Palavras como ansiedade, angústia, apreensão, caos, complicação, confusão, dificuldades, esperança, incerteza, insegurança, medo, perigo, preocupação, risco, sorte, stresse, são escritas e repetidas inúmeras vezes em termos de comentário na questão aberta, traduzindo um sentir global, partilhado e assumido por docentes e não docentes.

**Recomenda o bom senso a alteração urgente das situações existentes inaceitáveis!**

#### **Propostas da FNE ao nível dos docentes e não docentes:**

##### **Docentes:**

Tendo em conta os resultados deste inquérito, a FNE elenca um conjunto de propostas reivindicativas:

- Tornar atrativa a carreira docente, como contributo para o rejuvenescimento da mesma, associado a um mecanismo excecional de aposentação para docentes e não docentes, sem penalizações, antecipando em tempo útil e resolúvel a falta de professores que já se verifica, e cuja tendência será para aumentar;
- Implementar programas de pré-reforma justos e não penalizadores em termos de remuneração;
- Combater a precariedade, ajustando os quadros das escolas às reais necessidades do sistema educativo, procedendo à alteração dos mecanismos de concurso, assim como a outras situações conexas com os mesmos, nomeadamente em relação aos Quadros de Zona Pedagógica (QZP) serem entendidos como um quadro de vinculação transitória, assim como a diminuição da sua área geográfica;
- Em tempos de pandemia, e sempre, respeitar os horários de trabalho;
- Adotar práticas e atitudes que previnam o stresse, o *burnout* e as doenças profissionais;

### **Não docentes**

- Assegurar as devidas condições de saúde e segurança sanitária;
- Adequar a Portaria de Rácios às reais necessidades das escolas, definindo o número de trabalhadores a afetar às diferentes carreiras e categorias, de acordo com as características dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.
- Valorizar e dignificar a sua função, nomeadamente tornando específicas as carreiras dos não docentes, com definição clara dos respetivos conteúdos funcionais e perfis de competência, fatores importantes a ter em consideração do ponto de vista do desempenho de funções e da atratividade da carreira.
- Atualizar as suas competências, melhorando o seu desempenho profissional, através da existência de um sistema de formação contínua ao longo da vida, possibilitando uma resposta eficaz aos desafios atuais e futuros da educação. Devem ser elaborados os referenciais de formação, quer inicial quer contínua dos Trabalhadores Não Docentes, em estreita articulação com os conteúdos funcionais a serem definidos, sem prejuízo de prosseguir as ações consideradas essenciais para a melhoria da qualidade das funções exercidas.
- Implementar programas de pré-reforma justos e não penalizadores em termos de remuneração, combatendo a problemática do envelhecimento da classe.
- Em tempos de pandemia, e sempre, respeitar os horários de trabalho.
- Adotar práticas e atitudes que previnam a violência escolar, o stresse, o *burnout* e as doenças profissionais.



**PORTO**

Rua Pereira Reis, 399  
4200-448 Porto  
Telef. 225 073 880

**LISBOA**

Escadinhas da Praia, 3 - 2º esq.  
1200-769 Lisboa  
Telef. 213 957 499

[www.fne.pt](http://www.fne.pt)

